

FATOS RECENTES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL**Guilherme Mendes Resende**

Coordenador de estudos regionais da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea

Bruno de Oliveira Cruz

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dirur do Ipea

Aristides Monteiro Neto

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dirur do Ipea

César de Castro

Especialista em políticas públicas e gestão governamental cedido à Dirur do Ipea

Ana Maria Bonomi Barufi

Doutoranda em economia pela Universidade de São Paulo (USP) e analista do Banco Bradesco

Margarida Hatem Pinto Coelho

Engenheira da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN/DF) cedida ao Ipea por meio de acordo de cooperação técnica

Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dirur Ipea

Neste estudo, analisam-se alguns tópicos atuais do desenvolvimento regional brasileiro ao mesmo tempo que se salientam alguns desafios práticos e metodológicos para a discussão da questão regional. Sabe-se da existência de uma enorme desigualdade interpessoal de renda no Brasil, que também se observa entre suas regiões, por meio, por exemplo, das diferenças de produto interno bruto (PIB) *per capita*. Assim, o PIB *per capita* na região Sudeste, a região mais rica, representava 139% da média nacional, em 1989, e 131%, em 2010. Por sua vez, o PIB *per capita* da região mais pobre, o Nordeste, foi de apenas 43% da média nacional, em 1989, e 48%, em 2010. São feitas projeções que mostram que seriam necessários cerca de cinquenta anos para o PIB *per capita* do Nordeste atingir 75% do PIB *per capita* nacional.

Este texto descreve alguns fatos do desenvolvimento regional brasileiro na atualidade. Discute-se o padrão do desenvolvimento regional no Brasil nos anos 2000, analisando-se doze fatos e tendências da economia regional brasileira, entre os quais: a distribuição espacial dos investimentos, do crescimento econômico setorial e dos recursos de algumas políticas públicas, além da evolução dos indicadores socioeconômicos, a convergência do PIB *per capita* em múltiplas escalas regionais, migração de estudantes, turismo regional, entre outros.

Uma avaliação sintética da situação atual da questão regional brasileira na década de 2000 aponta para um quadro promissor, relativamente melhor ao da década anterior. De fato, nesta última fase, configurou-se a combinação de três elementos benéficos que não se tinha visto desde os anos 1970: *i*) expansão acelerada das economias regionais; *ii*) redução das disparidades regionais nos PIBs *per capita* estaduais e macrorregionais; e *iii*) recuperação da capacidade governamental, na forma de instrumentos e recursos, para ativar o desenvolvimento regional.

Apesar de se poder afirmar que vários instrumentos de política pública tiveram alcance regional positivo, deve-se deixar evidenciado que o tema do desenvolvimento regional e, portanto, da política regional continuou sendo tratado tangencialmente no âmbito das decisões estratégicas do Estado brasileiro. Houve avanços nas políticas sociais direcionadas aos indivíduos mais pobres, beneficiando, portanto, as regiões mais pobres do país. Entretanto, pouca inovação ocorreu no sentido de tornar a política de desenvolvimento regional um instrumento estratégico ao desenvolvimento nacional.

Ressaltam-se as tentativas de aprimoramento da política regional brasileira com o avanço da discussão

da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) instituída pelo Decreto nº 6.047/2007 e sua recente proposta de reformulação (PNDR II). Tal política tem se aprimorado tanto do ponto de vista da maior disponibilidade de recursos quanto em termos institucional/legal e do processo de seu monitoramento e avaliação. Entretanto, são pertinentes discussões mais aprofundadas, incluindo um repensar sobre reformulações dos instrumentos de política regional e estratégias para uma melhor coordenação no território das políticas públicas entre os diferentes níveis de governo – desde os agentes locais até o governo federal, se necessário –, bem como entes públicos e entes privados.

SUMÁRIO EXECUTIVO